



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

HELEN KARIN PALHETA DA CONCEIÇÃO

**A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

BELÉM - PARÁ  
JUNHO/2019

HELEN KARIN PALHETA DA CONCEIÇÃO

**A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr. Maély Ferreira Holanda Ramos, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagoga Licenciada.

Data de aprovação \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos – UFPA  
(Professora Orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Emmanuelle Pantoja Silva – UFPA  
(Professora Avaliadora)

---

Profa. Ms. Andrea Lobato Couto – UFPA  
(Professora Avaliadora)

A Deus, minha mãe e meu irmão, por toda  
dedicação e incentivo durante esta jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer e dedicar este trabalho a todos os que me oportunizaram estar aqui e que me incentivam a continuar.

Minha gratidão a Deus pela oportunidade de viver, além de estar comigo em todos os momentos.

Gratidão pela vida da minha mãe e meu irmão que são presentes do céu, peças fundamentais na minha jornada até aqui.

Ao meu companheiro Adriano pela dedicação, incentivo e compreensão.

Agradeço a universidade e todo seu corpo docente pelas oportunidades, empenho e dedicação.

Agradeço pelas amigas que a Universidade me trouxe Carol, Soraia, Claudete e Genoveva.

Meus sinceros agradecimentos também a minha orientadora Maély Ramos, pela paciência e dedicação na construção desta pesquisa.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 .....	18
Quadro 2 .....	20

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 .....	19
----------------	----

## **LISTA DE SIGLAS**

DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCNEI	Referencial Curricular para a Educação Infantil

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 Breve contexto histórico da Educação Infantil .....</b>	<b>8</b>
<b>1.2 O cuidar e o educar na Educação Infantil .....</b>	<b>14</b>
<b>1.3 A família e a Educação Infantil .....</b>	<b>15</b>
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>17</b>
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>17</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>24</b>

# A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Helen Karin Palheta da Conceição

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar levantamento bibliográfico para discutir resultados de pesquisa sobre o papel da relação entre a família e a escola. A metodologia utilizada foi a da pesquisa bibliográfica, para análise de dados foi aplicada a análise de conteúdo, por meio da técnica de categorização. Dentre os resultados destacam-se as situações-problemas, entre as quais se encontram a rivalidades e culpabilidade, resultando no decréscimo da participação dos pais na escola e a ausência de atividades e propostas que promovam aproximação destas duas instituições. Diante disto, tem-se o desafio de promover novas pesquisas e trazer novas propostas de intervenção para serem trabalhadas com as famílias, com as crianças e com a escola.

**Palavras-chave:** Relação família-escola. Educação Infantil. Criança. Intervenção.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Breve contexto histórico da Educação Infantil

Ao chegarem no Brasil em 1500, os portugueses se depararam com um povo de cultura e costumes totalmente contrários aos seus, progressivamente os costumes e práticas indígenas foram sendo substituídas, passando por um processo de aculturação. Os índios viviam naturalmente costumes considerados pelos portugueses como profanos e vergonhosos e isto fez com que eles investissem na vinda de padres jesuítas para catequizar os nativos.

“Com o início do processo de colonização do Brasil e a chegada dos padres jesuítas em 1549, sob a égide portuguesa nasce o primeiro sistema educacional brasileiro” (SANTANA, 2011, p.3). A *Ratio Studiorum*<sup>1</sup> era baseada na fé cristã que via no menino Jesus um exemplo a ser seguido e isto orientou o pensamento dos jesuítas de catequizar os nativos.

A educação jesuítica consistia em civilizar e evangelizar principalmente os índios, propagar a fé e a obediência, ensiná-los sobre o catolicismo, fazê-los acreditar que suas práticas não eram boas e que eles precisavam deixá-las para trás, caso contrário, não seriam dignos de salvação e vida eterna. No entanto esta missão foi se mostrando difícil, pois os índios possuíam o costume de se mudar constantemente deixando os ensinamentos da Companhia de Jesus para trás e voltando as suas práticas originais. Para Rafael Chambouleyron (2010):

Se no início da missão jesuítica no Brasil fora marcado por um relativo otimismo quanto aos rumos da conversão do gentio – o famoso papel em branco, no qual não havia mais que escrever com prazer -, rapidamente, os padres foram percebendo a dificuldade da evangelização dos nativos. (2010, p.58)

Ao perceberem que evangelizar os índios adultos não era tarefa fácil, os jesuítas passaram a ver nas crianças uma ótima chance de atingir os seus objetivos, ou seja, doutrinando as crianças consequentemente alcançariam os pais. Existem relatos de que os próprios índios entregavam seus filhos para serem ensinados, seja para manterem uma boa relação com os portugueses com tentativas de estabelecer alianças ou até mesmo por acreditarem que seus filhos seriam ensinados e salvos.

A educação propriamente dita somente era oferecida aos filhos dos portugueses, pois eles aprendiam a ler e escrever, enquanto que as crianças nativas eram treinadas para o trabalho escravo. “A criança era ignorada como ser intelectualmente capaz de produzir conhecimentos, entretanto vista como receptora das informações transmitidas pelos jesuítas”

---

<sup>1</sup> Conjunto de regras e métodos educacionais que rege as práticas pedagógicas dos jesuítas, fundamentada no cristianismo e tem uma concepção de criança santificada que deve imitar o menino Jesus. (SANTANA, 2011, p. 3).

(SANTANA, 2011, p. 4). Este tipo de educação imposto pela Companhia de Jesus no Brasil colônia, perdurou pelos séculos XVI e XVII, deixando seus rastros mesmo após a expulsão dos jesuítas por medidas da reforma pombalina em 1759.

No período colonial não existia uma concepção de infância que assegurasse para as crianças os benefícios e cuidados que elas necessitam nesta fase da vida, ou seja, a criança era afastada do convívio familiar, eram discriminadas e abandonadas. Ainda neste período no sentido de prestar assistência as crianças abandonadas, houve uma movimentação nas câmaras municipais que destinou verbas para a contratação de amas de leite para cuidar e criar dessas crianças, no entanto, num segundo momento ficou conhecida a mais famosa instituição especializada no acolhimento dos enjeitados, a Roda dos Expostos que teve sua origem na Itália durante a Idade Média, sendo constituída de início através de um trabalho meramente caritativo. No Brasil a primeira roda dos expostos foi implantada no início do século XVIII em Salvador, depois no Rio de Janeiro e mais tarde em São Paulo, existiram outras espalhadas pelo país (GUIMARÃES, 2017).

A roda dos expostos inicialmente foi organizada por instituições de caridade, pois segundo Nascimento (2015), o Estado não tinha participação na implantação e funcionamento destas instituições de atendimento infantil, sendo assim, este atendimento era realizado através de entidades de natureza filantrópica, privadas e religiosas. A implantação da roda segundo Alves (2013), se deu porque do período colonial ao império houve um alto índice de crianças abandonadas nas ruas, becos, portas de casas e igrejas, e essa exposição gerava riscos delas serem mortas e comidas por animais que viviam soltos pelas cidades, desta forma as rodas dos enjeitados, expostos ou abandonados era destinada a tirar estas crianças das ruas.

As crianças abandonadas normalmente eram filhos e filhas de mães que viviam em uma relação conjugal considerada ilícita, que desta forma poderiam preservar sua identidade e este ato poderia ainda servir como controle de natalidade, visto que na época não havia métodos e meios de prevenir-se e as crianças indesejadas eram abandonadas. A roda era um dispositivo cilíndrico implantado na frente das Santas Casas de Misericórdia, onde a criança abandonada era colocada e a pessoa que a deixava puxava uma corda para alertar a rodeira de que uma criança acabava de ser abandonada.

Observa-se que as casas viviam lotadas e as crianças viviam em situação precária, fazendo com que muitas chegassem à morte. Guimarães (2017) corrobora esta ideia ao destacar que “[...] no séc. XVIII era comum a morte de muitas crianças abandonadas na “roda” devido à ausência de condições mínimas de higiene e saneamento na Santa Casa,

sendo que as sobreviventes eram entregues a criadeiras externas” (GUIMARÃES, 2017, p.87).

“Em suma, a essência da atenção dispensada à criança e à infância nesta etapa da história se deu sob a forma de caridade, proveniente dos religiosos católicos e de grupos de leigos filantrópicos e higienistas” (GUIMARÃES, 2017, p.87). É importante destacar que nesta época a infância não era valorizada, desta forma as crianças não recebiam o valor e os cuidados que atualmente se tem.

Após a extinção da Roda dos Expostos percebe-se uma modificação no olhar destinado às crianças, a qual passa a ser vista como objeto de políticas públicas. Vejamos que neste momento surge o movimento higienista “objetivando a maior vigilância e maior controle sobre a população” (SILVA; FRANCISCHINI, 2012) e a jurídico- policial que visava combater o alto índice de mortalidade infantil através de práticas de cuidados a saúde e bem-estar da infância. Entre 1874 a 1889, surge a preocupação com a criança, passando a ser vista com olhar social, visando protegê-la dos males que até então afetavam esta fase, considerada importante para o futuro do país. “No final do século XIX, o estado, no exercício de sua postura preventiva, tomava para si a função de zelar pela educação das crianças, de suprir, também quanto fosse possível, os cuidados familiares que faltavam” (SILVA E FRANCISCHINI, 2012, p.260).

As creches surgem com intuito de minimizar o abandono de crianças, pois esta prática não era bem vista e o país passava por um processo de urbanização e industrialização, muitas mulheres passaram a trabalhar fora de casa. A ideia de implantar creches foi trazida da França para então dar assistência às crianças pobres menores de 6 a 7 anos. Para Nascimento (2015, p.1742):

A infância, a maternidade e o trabalho feminino em conjunto com a questão econômica do processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial, configurou o contexto histórico no qual as primeiras creches se constituíram no Brasil. (NASCIMENTO, 2015)

A primeira creche foi inaugurada no Brasil em 1899, no Rio de Janeiro, para dar assistência aos filhos de operárias da Fábrica de tecido Corcovado. É importante ressaltar que as creches eram de cunho assistencialista para que as crianças pobres dispusessem de um local para ficar, enquanto suas mães estivessem trabalhando nas fábricas. No entanto, não há evidências de que estas crianças estivessem sendo ensinadas, ou seja, estariam apenas recebendo cuidados físicos, alimentação e higiene, e em alguns casos com situação precária, “Além disso, não há registros de uma preocupação com a educação e com o processo de

aprendizagem nas instituições asilares que atendiam menores desamparados pelas próprias famílias” (SILVA; FRANCISCHINI. 2012, p.265).

Os jardins de infância eram destinados a crianças de famílias ricas, o primeiro jardim de infância foi inaugurado em São Paulo na Escola Americana entre os anos de 1877 e 1880. Esta modalidade que nasceu ao mesmo tempo das creches, ofertavam para as famílias de alto poder aquisitivo uma educação que envolvia o aprendizado através de contos, jogos, pinturas e outros recursos, deixando clara a diferença e divisão existentes entre essas duas instituições. “O Jardim da Infância ou *Kindergarten*, embasado nas ideias do filósofo alemão Friedrich Wilhem August Froebel, tinha como objetivo e prática educar os sentidos das crianças”. (SILVA; FRANCISCHINI, 2012, p.261).

Por muito tempo a assistência oferecida às crianças ainda era de ordem caritativa, atreladas à religiosidade, passando para de cunho social até chegamos às determinações que marcariam os dias atuais em que ficam assegurados os direitos da criança a uma educação que integre e reconheça esta fase como sendo importante para seu desenvolvimento completo. Como sugere Alves (2011).

No final da década de 1980 e nos anos 1990, com a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a LDB/96, o atendimento de crianças de 0 a 6 anos em espaços coletivos foi assumido como direito da criança à educação, devendo integrar os sistemas de ensino. (ALVES, 2011, p.4)

O direito das crianças à educação aconteceu através da inclusão das creches e pré-escola no artigo 208 da Constituição Federal de 1988. “[...] o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas as crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 2016). Deste modo, as creches passam a ser responsáveis pela educação das crianças, deixando de ser apenas de cunho assistencialista, integrando o atendimento assistencial ao educativo, pois antes não tínhamos a obrigatoriedade da educação infantil, somente a partir dos sete anos era obrigatório. Em seguida temos a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 inserindo a crianças nos direitos humanos. Para Paschoal; Machado:

Desse modo verifica-se um grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança pequena, uma vez que a educação infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatório, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 86).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/94 colocou a educação infantil no sistema nacional de ensino, estabelecendo que a educação seja o dever da família e

do Estado, e isto será afirmado através do direito ao ingresso gratuito em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos, estabelecendo que a Educação Infantil é uma fase importante e essencial para o bom desenvolvimento global de uma criança. A partir de então fica estabelecido e mais esclarecido as questões como “no que tange à formação de professores, a Educação Infantil foi contemplada pela primeira vez em sua história na LDB que exige uma formação inicial mínima para esses docentes conforme seu Art. 62 da Lei 9.394/96” (SANTANA, 2011) e as políticas de práticas pedagógicas voltadas para a educação infantil. Fica estabelecido no artigo 4º da LDB:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação obrigatória básica e garantia dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II- educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos e idade. (BRASIL, 1996)

Como determinado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a Educação Infantil passa a ter mais notoriedade, desta forma, esta fase passa então a ser acompanhada em seu desenvolvimento integral, e assegurada através de sua inserção em Programas e Leis do Governo Federal. Sendo assim, o Ministério da Educação (MEC) traz em 1998, de forma não obrigatória, o Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI) através das secretarias de Educação Fundamental, com o objetivo de ofertar uma base nacional comum para os currículos, visando integrar educação e cuidado na Educação Infantil, desta forma, o Referencial traz objetivos que busquem fazer com que a criança se reconheça e desenvolva suas capacidades e limites diante de si e da sociedade, aprendendo a conviver com respeito às diferenças, salientando nelas o interesse pelas manifestações culturais e valorização da diversidade. “O documento, assim como a LDB, adota a divisão por faixa etária: a educação infantil é oferecida em creches, para crianças de até três anos de idade, e em pré-escola, para crianças de quatro a seis anos” (SILVA; FRANCISCHINI, 2012, p. 272).

Entre os anos 1998 e 1999, é aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) com intuito de dar encaminhamentos pedagógicos de forma obrigatória, para a Educação Infantil. A DCNEI foi instituída pela Resolução CNE/CEB nº1 de 7 de abril de 1999, e mais tarde, são publicadas as Novas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil fixada através da Resolução Nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que traz como objetivos:

1.1 Esta norma tem por objetivo estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil.

1.2 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios,

fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

1.3 Além das exigências dessas diretrizes, devem também ser observadas a legislação estadual e municipal atinentes ao assunto, bem como as normas do respectivo sistema. (BRASIL, 2009, p. 11)

Em substituição ao RECNEI, a DCNEI traz definições acerca da regularização das instituições para Educação Infantil, diminuição de profissionais não habilitados, valorização dos professores e aumento das matrículas para este nível. Estas Diretrizes buscam também um diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, para dar orientação na formulação de políticas públicas para a Educação Infantil e pautar nas questões de orientação curricular (BRASIL, 2010).

Neste contexto, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério (FUNDEF) ficaram previstos 15% dos recursos para a Educação Fundamental e 10% para a Educação Infantil junto a outros projetos educacionais das prefeituras, totalizando os 25% dos recursos destinados à educação. Após 10 anos, “a emenda constitucional N° 53/2006 regulamentada pela Lei N° 11.494/2007 (BRASIL, CONGRESSO NACIONAL, 2007) e pelo decreto N° 6.253/2007, substituiu o FUNDEF” (GUIMARÃES, 2017, p.129). A primeira proposta de emenda constitucional do FUNDEB (PEC 415/05) não incluía a faixa etária de zero a três anos, por este motivo a proposta de emenda passou por pressões das organizações de Educação Infantil para que então fosse aprovado o FUNDEB na versão atual.

Muito se avançou no que diz respeito a atenção e cuidado com a educação das crianças e “para que essa finalidade seja cumprida no âmbito da legislação, foi aprovada, no ano de 2001, a Lei N° 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010)” (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.88).

Entre os objetivos e metas encontra-se também a ampliação do ensino fundamental para nove anos, com início aos seis anos de idade. Mas, somente em 06 de fevereiro de 2006 foi aprovada a Lei N°. 11.274 que torna obrigatória a oferta de nove anos de Ensino Fundamental em todo o território nacional. “Ao alterar a redação dos artigos 29, 30, 32, e 87 da Lei N° 9.394/96, institui-se a obrigatoriedade da matrícula das crianças de seis anos de idade no ensino regular” (SCHNEIDER; DURLI, 2009, p.194). Segundo Guimarães, a proposta para educação infantil era ampliar a oferta, e atingir em cinco anos:

“[...]30% da população com até três anos de idade e 60% de quatro a seis anos (ou quatro e cinco) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% para crianças de zero a três anos e 80% de quatro a cinco anos” ( GUIMARÃES, 2017, p. 131).

Em 25 de junho de 2014, foi aprovado o PNE (2014-2024) que traz como compromissos a universalização da Educação Infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos e ampliação da oferta em até no mínimo 50% para a Educação Infantil em creches para crianças de até três anos.

Todos esses documentos almejam alcançar melhores condições na constituição da Educação Infantil no Brasil, buscam-se metas e propostas que facilitem de forma organizada a entrada e permanência das crianças nas creches e escolas de todo o território brasileiro. Para que o atendimento as crianças seja cada vez mais eficiente, faz-se necessário entender do mesmo modo, como cuidado e educação estão ligados ao processo e como eles são apontados nos documentos oficiais.

## **1.2 O cuidar e o Educar na Educação Infantil**

A Educação Infantil é tida como uma fase que por natureza deve ser associada ao cuidado e a educação. Entende-se que para estabelecer boas condições de cuidado e ensino é necessário atentar ao estudo da história, da família, da faixa etária e sobre as fases de desenvolvimento em que se encontram. Desta forma a ação deve estar interligada ao desenvolvimento da criança, respeitando a diversidade e as realidades diversas (SANTANA, 2011).

Quando retorna-se à história da infância do Brasil, constata-se que naquela época a criança não era valorizada e não se tinham meios de segurança para garantir o seu cuidado e educação. Mais tarde, com a entrada da mão de obra feminina nas fábricas, surgiu a necessidade de se ter instituições e pessoas capazes de cuidar dos filhos das operárias enquanto elas permaneciam no trabalho. (PEREIRA *ET AL*, 2011)

Para Pereira *Et al.*:

Devido essa situação, o cuidado assistencialista torna-se o principal objetivo para a sociedade arrastando-se até os dias atuais. As crianças passam a ser atendidas em instituições criadas nas próprias empresas, não por se ter claro os seus direitos sociais, mas por uma necessidade de mercado de trabalho. (PEREIRA *ET AL*, 2011, p. 580)

A partir da Constituição de 1988, começam as mudanças, e pode-se notar novas propostas pedagógicas e leis que orientam esses estabelecimentos de educação da criança. Existem documentos que pautam a indissociabilidade entre cuidar e educar. Esta indissociabilidade muitas vezes se torna o grande desafio, pois esta questão parece não estar

muito esclarecida, e o cuidar acaba sendo a prioridade nos primeiros anos de vida. Segundo Pasqualine e Martins (2008):

É consenso entre os pesquisadores o reconhecimento de que, historicamente, as creches ocupavam-se prioritariamente em fornecer alimentação, higiene e segurança (bem como compensar *carências* advindas de um ambiente familiar supostamente desestruturado), apresentando caráter *assistencial-custodial*, enquanto as pré-escolas visavam ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças, apresentando caráter mais propriamente *educacional*. Nesse contexto, costuma-se afirmar que as creches preocupavam-se exclusivamente em *cuidar* das crianças, enquanto as pré-escolas, ao privilegiarem sua *educação*, acabavam negligenciando a dimensão de *cuidado*. (2008, p. 74).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil insere o conceito de educar como algo que deva “propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e de estar com os outros” (BRASIL, 1998. p.23). Todas essas situações, segundo o documento, colaboram para o desenvolvimento integral da criança. O equilíbrio entre cuidar e educar apresenta-se no Referencial como algo fundamental para que haja condições de avanços, visando crianças saudáveis e felizes. Isto deixa claro que todo atendimento no âmbito da educação infantil esta permeado de cuidado, ou seja, não existe educação sem cuidado (BRASIL, 1998).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil tem-se a concepção de propostas pedagógicas que trazem primeiramente “a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias” (BRASIL, 2010. p.17) e enfatizar a indissociabilidade entre cuidado e educação, ou seja, entender que o cuidado esta inteiramente ligada ao processo educativo.

A Educação Infantil é uma das etapas onde a responsabilidade de compartilhamento com as famílias mostra-se mais estreita, diante dos apontamentos feitos nos documentos sobre Educar e Cuidar, busca-se então neste momento entender melhor qual o papel da família e da Educação Infantil neste processo.

### **1.3 A Família e a Educação Infantil**

A família e/ou a igreja por muito tempo foram as únicas responsáveis pela Educação das crianças, são nestes grupos que as crianças podem ter naturalmente suas primeiras experiências educativas, pois carregam a responsabilidade de preparar o sujeito para a vida. Nestes ambientes a criança aprende a estabelecer relações dentro e fora do convívio familiar (ARIÉS, 1986).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma, no artigo 4º, que a família, assim como os demais grupos sociais, possuem o dever de garantir os direitos básicos da criança. (BRASIL, 1990). A família é a primeira instituição social que a criança tem contato, ela assume a responsabilidade de ofertar segurança, bem estar, e com ela são estabelecidos os primeiros passos rumo a aprendizagem. Segundo Dessen; Polonia (2007):

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22).

No entanto, foi manifestando-se a necessidade de buscar os cuidados específicos para a faixa etária, de acordo com a etapa de desenvolvimento e com o surgimento das instituições de ensino, despertou-se o interesse dos pais pelos estudos de seus filhos. “A criança saiu de seu antigo anonimato” (ARIÉS, 1986, p. 12) e passou a ser vista com mais atenção, onde, a partir de então, seus familiares começariam a se preocupar em buscar meios de melhoria tanto de cuidados como de educação, desta forma surge o sistema escolar que influenciará no processo ensino-aprendizagem das crianças. Philippe Ariés (1986) aponta:

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distancia numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começa então um longo processo de enclausuramento das crianças (como loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e que se dá o nome de escolarização. (ARIÉS, 1986, p. 11).

A família preocupa-se em formar para os desafios da vida em sociedade e a escola passará então a cuidar do processo de ensino-aprendizagem, desta forma é possível constatar que existem particularidades e diferenças sobre a formação concedida pela família e a formação concedida pela escola. As instituições de ensino estão inseridas em uma rede de apoio fundamental para o desenvolvimento humano, sendo a família a principal mediadora deste processo, pois ela encarrega-se de socializar o sujeito quando criança e fazê-lo entender como funciona cada segmento da sociedade, contribuindo para forma-lo integralmente.

Na etapa da Educação Infantil é comum que a relação entre família e escola seja mais estreita que as demais, visto que se trata de crianças e o sentimento é de cuidado. O artigo 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI afirma que:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o

direcionamento à proteção, à saúde, à liberdade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009)

Nas DCNEI está previsto ainda que a Educação Infantil deve estar preocupada em compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças junto às famílias, sendo assim, fica esclarecido que família e Educação Infantil devem caminhar juntas e a escola passa a ser vista como um novo ambiente de novas aprendizagens e socialização. Diante do contexto apresentado este artigo tem como objetivo realizar levantamento bibliográfico para discutir resultados de pesquisa sobre o papel da relação entre a família e a escola.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa é do tipo bibliográfica que para Severino (2008), “é aquela realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores em documentos impressos, como livros, artigos, tese, etc.” (SEVERINO, 2008, p.122). Consta de uma revisão da literatura que foi feita tomando por base a temática *Relação família e escola na Educação Infantil*, para essa revisão da literatura foram realizadas buscas de artigos científicos dos últimos dez anos. O levantamento foi feito aleatoriamente levando-se em consideração os seguintes critérios de inclusão: ser artigo dos últimos dez anos e ter como foco a temática da Relação família e escola na Educação Infantil.

A pesquisa possui abordagem quanti-qualitativa, [...]“o pressuposto central que justifica a abordagem multimétodo é o de que a interação entre eles fornece melhores possibilidades analíticas. (PARANHOS *et al*, 2016. p.391). Para coleta de dados foram levantadas informações de caracterização dos artigos, tais como: ano, palavras-chave, objetivos, tipo de pesquisa, entre outros. Para análise de dados foi aplicada a Análise de Conteúdo de Bardin (1977), por meio da técnica de categorização.

A Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas que exigem “maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 1977, p.31) e estão organizadas em três fases, tais quais, a primeira chamada de pré-análise onde o pesquisador organiza o material levantado para o estudo, na segunda fase acontecerá a exploração do material seguida do tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após o levantamento, seleção e análise dos artigos com base nos critérios para coleta de dados, os resultados foram organizados em dois subtópicos, sendo estes: (1) caracterização

dos artigos; (2) categorização dos objetivos. A caracterização dos artigos pode ser visualizada no Quadro 1:

**Quadro 1 – Caracterização dos artigos selecionados para revisão da literatura, 2019.**

<b>Autor(es)</b>	<b>Ano de Publicação</b>	<b>Tipo do artigo</b>	<b>Local da pesquisa (se for pesquisa de campo)</b>	<b>Palavras-chave</b>
<b>Gilmara Lupion Moreno</b>	2018	Teórico	Não contempla	Escola. Família. Educação infantil.
<b>Erika da silva Ferrão; Luana Lopes Breder; Letícia Eugênia Itaborahy Christ; Cecília Caetano.</b>	2017	Pesquisa de campo	Espírito Santo	Escola. Família. Habilidades sociais. Atenção básica. Prevenção.
<b>Luciana Pereira de Lima; Ana Paula Soares da Silva.</b>	2015	Pesquisa de campo	Minas Gerais	Educação Infantil. Família. Ambientes rurais.
<b>Neide Barbosa Saisi</b>	2010	Pesquisa de campo	São Paulo	Educação Infantil. Família. Projeto Pedagógico.
<b>Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira; Claisy Maria Marinho Araújo.</b>	2010	Teórico	Não contempla	Relações pais-escola. Psicologia escolar. Educação.

Fonte: a Autora (2019).

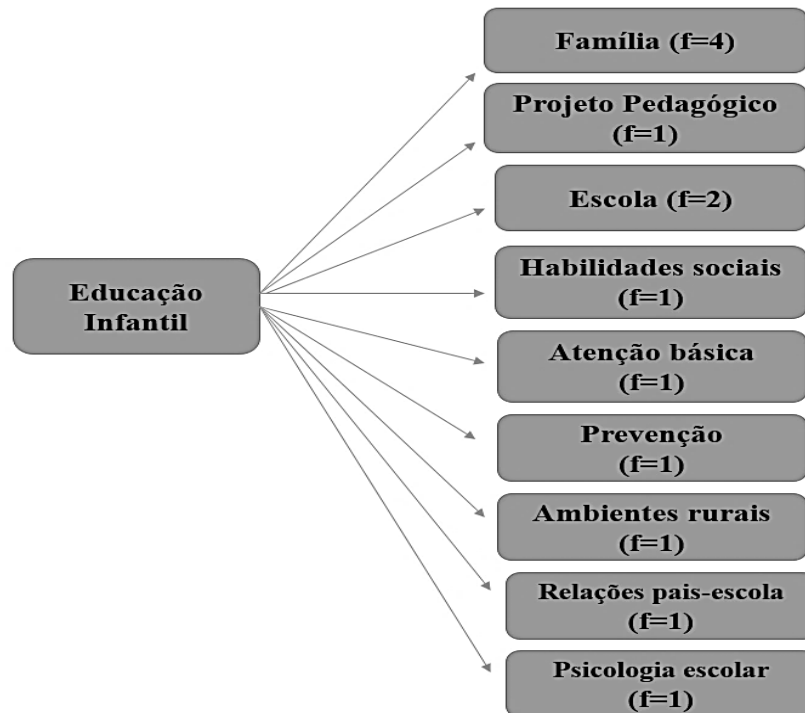
As primeiras buscas levaram ao resultado de 7 artigos, após leitura dos títulos e resumos restaram 4 que tratam da temática da relação entre família e escola na educação infantil e 1 sobre os desafios da relação família e escola, sendo assim, foram totalizadas 5 publicações a serem analisadas.

As buscas restringiram-se aos últimos dez anos, desta forma foi possível encontrar e analisar publicações que estão entre 2010 e 2018, a maior frequência está entre os anos 2015 a 2018, é notável que a temática é atual, no entanto, ainda é carente quando se trata da Educação Infantil, isto se justifica sob as poucas publicações encontradas. Os trabalhos em sua maioria são de natureza empírica, e dois artigos são teóricos. Quanto aos locais de coleta

três artigos foram produzidos com pesquisa de campo realizadas nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo.

A Figura 1 apresenta a frequência de palavras chave contidas na seleção dos artigos analisados acompanhada da análise desta frequência.

**Figura1:** Frequência das palavras chave.



**Fonte:** a Autora (2019).

No que se refere às palavras chave, é possível observar por meio da *Figura 1* a seguinte frequência: Família ( $f=4$ ); Projeto pedagógico ( $f=1$ ); Escola ( $f=2$ ); Habilidades sociais ( $f=1$ ); Atenção básica ( $f=1$ ); Prevenção ( $f=1$ ); Ambientes rurais ( $f=1$ ); Relações pais-escola ( $f=1$ ); Psicologia escolar ( $f=1$ ). A seguir, o Quadro 2 apresenta a categorização simples dos objetivos:

**Quadro 2:** Categorização dos objetivos selecionados para a revisão da literatura, 2019.

<b>Autor/ano</b>	<b>Objetivo do estudo</b>	<b>Categorias</b>
<b>Gilmara Lupion Moreno/2018</b>	Dialogar com diferentes autores sobre a relevância da relação família-escola na educação infantil.	Família-escola na educação infantil.
<b>Erika Ferrão et al/2017</b>	Analisar a relação família-escola no contexto do desenvolvimento infantil.	Família-escola, desenvolvimento infantil.
<b>Luciana Pereira de Lima; Ana Paula Soares da Silva/2015</b>	Compreender significações sobre a relação família-escola.	Relação família-escola
<b>Neide Barbosa Saisi/2010</b>	Identificar a natureza da interação entre a família e a escola e como esta se apropria, em seu projeto pedagógico, das informações que aquela oferece, para beneficiar a criança.	Interação entre família e escola, projeto pedagógico, criança.
<b>Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira; Claisy Maria Marinho Araújo/2010</b>	Analisar questões referentes à relação família-escola.	Relação família-escola.

Fonte: a Autora (2019).

As cinco produções selecionadas almejam trazer estudos centrados na relação família-escola e para iniciar esta análise, Oliveira e Araújo (2010) objetivaram analisar questões referentes à relação família-escola por meio de um levantamento e revisão da literatura sobre o assunto, onde foi possível identificar que esta relação está marcada por situações-problema, tais como o da escola em orientar os pais e o decréscimo da participação dos pais nas atividades escolares. Estas situações afirmam a necessidade de se ter mais discussões sobre o assunto, visando contribuir por meio de propostas para a aproximação e fortalecimento dos laços entre família e escola na Educação Infantil, para que os conhecimentos sobre o assunto sejam incorporados na realidade das crianças e suas famílias e elas possam usufruir de condições que estão previstas não somente na Lei, mas também que atendam as especificidades da fase em que se encontram.

Com o intuito de motivar e dar possibilidades para gestores e professores no cotidiano das instituições escolares, Moreno (2018) faz um diálogo com diferentes autores sobre a relevância da temática na educação infantil, este diálogo pretende contribuir para com os trabalhos sobre o tema com as crianças e com as famílias. Sua publicação buscou, por meio

de uma pesquisa de campo realizada em uma instituição pública de educação infantil de São Paulo, identificar a natureza da interação entre a família e a escola, onde foi possível constatar questões tais como o preconceito e rivalidades ainda presentes no cotidiano do relacionamento entre famílias e escolas de educação infantil, isto revela a necessidade de atualização pelas escolas dos conhecimentos a cerca das crianças e suas famílias, tendo em vista as constantes mudanças históricas, culturais, sociais e econômicas sofridas nas duas entidades.

Saisi (2010) procurou compreender e analisar os dados obtidos por meio de uma pesquisa-ação realizada em uma Escola Municipal de Educação Infantil de São Paulo, com os pais e professores, para saber como as informações contidas no projeto pedagógico são apropriadas em benefício da criança, e traz como resultados a afirmação de que, segundo os pais, a escola é centro de informações específicas sobre a criança que eles como família não possuem, sendo assim, ela deveria orientá-los em determinado proceder na educação de seus filhos. Sobre este assunto Piaget (2015) aponta:

“A esse respeito, se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem, e igualmente por prioridade, o direito de serem senão educados, ao menos informados e mesmo formados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos” (PIAGET, 2015, p. 80).

Segundo Saisi (2010) não foi possível identificar nenhum movimento almejando incorporar as informações provenientes da família no Projeto Político Pedagógico, sendo a realidade familiar um dos principais fatores que deveriam nele estar presentes. Este resultado conduz a uma reflexão sobre o uso do PPP em detrimento das crianças dentro e fora das instituições de educação infantil.

Por meio de uma pesquisa de campo realizada em uma escola rural, Lima e Silva (2015) buscaram compreender as significações sobre a relação família-escola em áreas rurais. A prática da pesquisa sobre esta temática em ambientes do campo ainda é pouco explorada, não sendo possível fazer análise com outros estudos para averiguar dados frequentes, no entanto, foi possível observar problemas semelhantes aos encontrados no contexto urbano. A diferença esta na configuração geográfica, condições de vida e trabalho do campo, estas características são consideradas como algumas das dificuldades para que a aproximação entre escola e família seja afetada, baseado nos relatos dos entrevistados. As autoras ainda assim consideram que esta é uma relação passível de recriação e trazem principalmente para escolas de Educação Infantil a necessidade de rever as formas tradicionais de conceber a presença da família na escola.

Ferrão *et al* (2017) conduzem uma análise sobre a relação família-escola no contexto do desenvolvimento infantil, por meio de experiência realizada através de um programa de intervenção com dezessete crianças entre três e quatro anos, matriculadas na pré-escola do Lar Frei Aurélio no Espírito Santo. A experiência englobou além das crianças, os educadores por meio de capacitação e a família através do desenvolvimento de práticas positivas com os alunos. Segundo Ferrão *et al* (2017) por meio do programa foi possível perceber uma melhora dos comportamentos adaptativos e autorregulatórios nas crianças e confirmam a importância de haver treinamento em habilidades sociais para o desenvolvimento cognitivo e social de crianças em situação de vulnerabilidade social.

Com base nos estudos, pode-se inferir que a relação família e escola está marcada por alguns aspectos que precisam ser aprofundados, a escola vista pelos pais como a detentora do conhecimento, mas que necessita reinventar os moldes tradicionais de conceber a família, mantendo seus conhecimentos atualizados e atentos às especificidades deste grupo, para poder buscar e experimentar de programas de intervenção e formação continuada, tendo em vista o aprimoramento e a aproximação entre família e escola. A família, como incentivadora, tem seu lugar e deve procurar junto a escola as melhores formas de contribuir ativamente das atividades escolares de seus filhos, buscando estabelecer boa relação com a escola.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A família é o primeiro grupo com a qual a criança tem contato, posteriormente ao adentrar na educação infantil, ela passa a adquirir novos conhecimentos, por meio da aquisição de saber culturalmente organizado, garantidos por lei e embasados por estudos específicos para sua faixa etária. Sendo assim, verificou-se o anseio por buscar e trazer contribuições relacionadas aos dois principais grupos presentes no início da vida escolar dos sujeitos em questão.

É comum visualizar a preocupação dos pais com os filhos quando este passa a frequentar a escola, a preocupação, no entanto, restringe-se a proteção e cuidado. As pesquisas analisadas trazem resultados que confirmam a existência da necessidade de aproximação, mostram as dificuldades nesse processo, justificadas pela vulnerabilidade social, condições de vida, pela falta de interesse dos pais, rivalidade e culpabilidade, além da escassez de atividades que envolvam e despertem o interesse das famílias, das crianças, e da escola.

Percebeu-se, principalmente, a necessidade de envolver a família no ambiente escolar, e levar a escola para o cotidiano das famílias através das próprias crianças, por meio de atividades e aprofundamentos sobre as mudanças ocorridas no seio familiar, levando em consideração as especificidades, por exemplo, das escolas localizadas no campo. Ultrapassando a ideia de que a escola é ambiente apenas de cuidado, e buscando ampliar os conhecimentos acerca da família que possam ser inseridos e aplicados por meio do Projeto Político Pedagógico.

A escola deve ser o lugar de participação e produção, onde as crianças tenham oportunidade e boas condições para seu desenvolvimento social, cultural e cognitivo, onde sintam-se seguras diante do papel que cada grupo desempenha na composição da rede de apoio em que está inserida. Como exposto, a compreensão da relação família-escola, está rodeada de situações-problemas que precisam ser analisados cuidadosamente, situações comprovadamente solucionáveis, tendo em vista, resultados positivos de programas de intervenção.

A pesquisa identificou a carência do estudo na educação infantil, visto que nas demais etapas, os estudos foram facilmente encontrados, isto demonstra a necessidade de se ter mais pesquisas sobre o assunto, formação continuada para os envolvidos no processo educacional das crianças e novas propostas de intervenção para serem trabalhadas com as famílias, com as crianças e com a escola.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Bruna Molisani Ferreira. Infâncias e educação infantil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. **Revista Aleph**, ano 5, n. 16, p. 1-19, novembro. 2011.
- ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Em busca da infância Perdida na Obra de Gilberto Freyre. In: VI ENCONTRO MARANHENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2013, São Luís. **VI Encontro Maranhense de História da Educação**. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2013. v. 1. p. 1-15.
- ARIÉS, Phillippe. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARDIN, Laurence. Definição e relação com outras ciências. In\_\_\_\_\_. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1977. Cap. 27-45.
- BRASIL, Câmara dos deputados. **Estatuto da criança e do adolescente**, 2010, p. 1- 207.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, Mec, 2010, p. 1- 38.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024, linha de base**, 2015, p. 1- 403.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, Mec, 1998, p. 1- 104.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, 2016, p. 1- 207.
- BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996, p. 1- 65.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: Mary Del Priori. **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. Cap. 2, p. 54-81.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, jan./abr. 2007.
- FERRÃO, Erika da Silva. Família e escola de crianças pré-escolares: experiência em atenção básica. **Temas em educação e saúde**, Araraquara, v. 13, n. 2, p. 224-241, jul/dez. 2017.
- GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 80-142, set/dez. 2017.
- LIMA, Luciana Pereira; DA SILVA, Ana Paula Soares. A Relação entre educação infantil e as famílias do campo. **Revista quadrimestral da associação brasileira de psicologia escolar e educacional**, v. 19, n. 3, p. 475-483, setembro/dezembro. 2015.

MORENO, Gilmar Lupion. A relação escola-família e a organização do trabalho pedagógico na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de estudos em educação**, Araraquara, v. 13, n. 03, p. 1187-1203, jul./set. 2018.

NASCIMENTO, Edanielle Cristine Machado. Processo histórico da Educação Infantil no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12, 2015, Paraná. **Formação de professores, complexidade e trabalho docente**. Paraná: EDUCERE, p. 17439-17455, outubro. 2015.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108. Jan./mar. 2010.

PARANHOS, Ranulfo et al. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 42, p. 384-411, mai./ago. 2016

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 33, p. 78-95, março. 2009.

PASQUALINE, Cmpregher Juliana; MARTINS, Lígia Márcia. A educação infantil em busca de identidade. Análise crítica do binômio “cuidar-educar” e da perspectiva anti-escolar em Educação Infantil. **Psicologia educacional**. São Paulo, 27. p. 71-100, 2ºsem. 2008.

PEREIRA et al. Educação infantil, desafio das creches no equilíbrio entre o educar e o cuidas. **Revista científica do Unisaesiano**, Lins-SP, ano 2, n. 5, p. 579-587, outubro. 2011.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a Educação**. Ed. 22, Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

SAISI, Neide Barbosa. Educação e família: uma parceria necessária. **Educação: teoria e prática**, Rio Branco SP, v. 20, n. 34, p. 65-85. Jan./jun. 2010.

SANTANA, Djanira Ribeiro. Infância e educação infantil no Brasil: percursos e percalços. **Enciclopédia biosfera, centro científico conhecer**, Goiânia, v. 7, n. 12, p. 1-12, maio. 2011.

SANTANA, Djanira Ribeiro. Legislação e políticas para a educação no Brasil: o lugar da educação neste contexto. **Enciclopédia Biosfera, centro científico conhecer**, Goiânia, v. 7, n. 12, p. 1-16, maio. 2011.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; DURLI, Zenilde. Ensino fundamental de nove anos: aspectos legais e didáticos - pedagógicos. **Roteiro**, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 189-214, jul./dez. 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Teoria e prática científica. In:\_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2008. cap. 2, p. 99-124.

SILVA, Carmem Virgínia Moraes da Silva; FRANCISCHINI, Rosângela. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. **Práxis Educacional**, Vitória da conquista, v. 8, n. 12, p. 277-276, jan./jun. 2012.